



1  
2  
3  
4  
5  
6

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

7  
8  
9  
10

**ATAS DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ E**  
**1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 2010 DO CERHI-RJ**

11  
12

*Aprovada na 33ª R.O. do CERHI-RJ no dia 28.07.10*

13 Ao 26º dia de maio do ano de dois mil e dez, no auditório do INT – Instituto Nacional de Tecnologia, na  
14 Avenida Venezuela nº 82, 4º andar, Saúde, RJ, com início às 13h00min, a 32ª Reunião Ordinária o  
15 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI, e, em seguida a 1ª Reunião Extraordinária de 2010,  
16 contando com a presença dos Conselheiros: Luiz Firmino Martins (INEA), Rosa Maria Formiga Johnsson  
17 (Secretaria Executiva do CERHI-RJ), Gláucia Freitas Sampaio (INEA), Eloísa E. Torres (SEA), Mônica  
18 Miranda Falcão (INEA), Helga Restum Hissa (SEAPPA), Wilson Duarte de Araújo (Secretaria de Estado de  
19 Saúde e Defesa Civil), Carlos da Costa e Silva (PGE), Artur Messias da Silveira (Prefeitura de Mesquita),  
20 Douglas Paulich Junior (Prefeitura de Italva), Madalena Sofia de Oliveira (Prefeitura de Barra do Pirai),  
21 Jackson Vogas de Aguiar (Prefeitura de Bom Jardim), José Edmundo Victor (Prefeitura de Bom Jesus de  
22 Itabapoana), Friedrich Herms (UERJ), José Alfredo Sertã (ABES-RJ), Donato José (LAGOA VIVA),  
23 Humberto Albuquerque (ABAS), Décio Tubbs (Comitê Guandu), Denival da Costa (Comitê Médio Paraíba  
24 do Sul), Mário Flávio Moreira (Comitê Lagos São João), Mauro Prioste (CBH Macaé), Elias Fernandes de  
25 Souza (Comitê Baixo Paraíba), Viviane S. G. de Melo (Comitê Rio Dois Rios), Jaime Teixeira Azulay (Nova  
26 CEDAE), Dante Luiz Luisotto (Águas de Niterói S/A), Cláudia Barros (Águas de Niterói S/A), Maria Luiza  
27 Ferreira da Silva (SAAETRI), Luiz Eduardo São Thiago (FIRJAN), Miguel Nelson Lasalvia (FECOMÉRCIO),  
28 Vicente Bastos ribeiro (Fazenda Soledade), Luiza Cristina Krau (FURNAS S/A), João Vieira (LIGHT ENERGIA  
29 S/A), Maria Aparecida B. Pimentel (ENERGISA), Leopoldo Eugênio (FAERJ), Zenilson do Amaral Coutinho  
30 (ASFLUCAN), João Gomes de Siqueira (Sindicato Rural de Campos), Débora Toci (DRM), Roberto Franco  
31 Garcia (Prefeitura de Macaé), Carlos Viveiros (IBG), Jaime Bastos (Instituto IPANEMA), Claudia Dias da  
32 Silva (UTE-NF), como convidados os senhores Gilberto de Souza Pereira (Instituto Terra), Fátima de  
33 Lourdes Casarin (SEA), Elizabeth Machado (Comitê Guandu), Monica Acschad (CERHI), João Batista  
34 (Ambiente Italva), Rachel Silva (SEA), Ana Maria Pacheco (SUPBG-INEA), Renata Jucá (Prefeitura de  
35 Guapimirim), Guilherme Moreira (INEA), como convidada a Sra. Rosana Garjulli, e tendo como pauta: 1)  
36 Aprovação da Minuta de RESOLUÇÃO CERHI/RJ nº 43, de 26 de maio de 2010, que aprova a aplicação de  
37 recursos financeiros, arrecadados através da subconta do Comitê Guandu do Fundo Estadual de  
38 Recursos Hídricos – FUNDRHI, a serem aplicados no projeto Produtores de Água e Floresta; 2)  
39 Aprovação da Minuta de RESOLUÇÃO CERHI-RJ nº 44, de 26 de maio de 2010, que dispõe sobre os  
40 limites de custeio administrativo das entidades delegatárias de funções de agência de água, e dá outras  
41 providências; 3) Apresentação da minuta do Contrato de Gestão a ser firmado entre o INEA e a AGEVAP,  
42 com a interveniência dos Comitês do Médio Paraíba do Sul, do Rio Dois Rios, do Rio Piabanha e do Baixo  
43 Paraíba do Sul, para o exercício de funções de competência da Agência de Água nestas Bacias, e da  
44 estrutura proposta de funcionamento; 4) Assuntos Gerais. A Sra. Luiza Cristina Krau de Oliveira  
45 (Presidente do CERHI-RJ) iniciou a reunião falando da imensa perda, com o falecimento de um de seus  
46 membros, do Sr. Rovani Dantas (MERO). Ela propôs, antes de dar início à pauta desta reunião, que todos  
47 se levantassem e fizessem 1 (um) minuto de silêncio em homenagem ao Sr. Rovani. Logo após, ela  
48 sugeriu, em nome do Conselho, uma moção à família, em agradecimento e reconhecimento dos serviços  
49 prestados. Por acordo dos presentes houve inversão na ordem da pauta das duas reuniões, porém todos  
50 os itens foram analisados, conforme constatado nesta ata. Em seguida, deu-se início a pauta do dia,  
51 onde a Sra. Gláucia Freitas Sampaio (GEAGUA/DIGAT/INEA) falou das atas que seriam aprovadas neste

---

52 dia. A mesma solicitou que a ata da 31ª Reunião Ordinária do CERHI-RJ, fosse retirada de pauta, tendo  
53 em vista que existem algumas correções que não foram realizadas, e retornará na próxima reunião que  
54 será no dia 30 de junho de 2010. Todos estavam de acordo. As alterações na ata de Posse (10 de março  
55 de 2010) foram realizadas e a Sra. Luiza Cristina Krau de Oliveira (Presidente do CERHI-RJ) perguntou se  
56 todos concordavam com as sugestões e alterações feitas, sendo aprovada por unanimidade. Item nº 1  
57 da pauta: Aprovação da Minuta de RESOLUÇÃO CERHI/RJ nº 43, de 26 de maio de 2010. Esta resolução  
58 define a aplicação de recursos financeiros, arrecadados através da subconta do Comitê Guandu do  
59 Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI, no Projeto Produtores de Água e Floresta. O Sr.  
60 Friedrich Herms (UERJ), coordenador da CT-IL, foi o relator deste assunto. Ele disse que chegou à CT-IL  
61 uma solicitação através de uma resolução do Comitê Guandu que tinham vários aspectos: 1º) Foi uma  
62 correção de uma Resolução do próprio Conselho Estadual, que o Comitê tinha deliberado aplicação de  
63 R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e na Resolução do Conselho saiu R\$ 100.000,00 (cem mil reais); 2º) Foi  
64 a questão de aplicação de recursos para os próximos anos. Então, solicitou alterar o artigo 1º: ratificar  
65 aplicação de 40 mil reais de recursos provenientes do exercício de 2008 para a implementação do  
66 projeto produtores de água; artigo 2º: retificar o anexo I da Resolução do CERHI-RJ nº 33, onde saiu os  
67 R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e passar para R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); e no artigo 3º: aprovar  
68 aplicação de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para o período de 2010 a 2014. A Sra. Rosa  
69 Maria Formiga Johnsson falou que existe um processo para cada assunto deliberado nas Câmaras  
70 Técnicas. Então, qualquer conselheiro, pode ter acesso aos detalhes do processo. A Sra. Luiza Cristina  
71 Krau de Oliveira perguntou se alguém discordava de algo, e como não houve manifestação foi aprovada  
72 por todos os membros presentes. Em seguida, a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson apresentou o  
73 próximo item, que foi a minuta de Resolução CERHI-RJ nº 44, que dispõe sobre os limites de custeio  
74 administrativo de entidades delegatárias de funções de agências de água. A Sra. Rosa Maria Formiga  
75 Johnsson disse que foi discutido e aprovado por unanimidade no âmbito das Câmaras Técnicas a  
76 proposta que o INEA encaminhou antes sobre a obrigação legal de que o limite de custeio para os  
77 Comitês de bacia oriundos de recursos da cobrança pelo uso da água fosse definido pelo Conselho. E  
78 como existe uma disparidade muito grande em termos de arrecadação no Estado, foi dito que cada caso  
79 é um caso, então não se deve estabelecer um limite pré-fixado. Assim sendo, após leitura na íntegra  
80 desta resolução e análise dos membros presentes, foi aprovada por unanimidade. Seguiu, então, o  
81 terceiro item que a apresentação da minuta do Contrato de Gestão a ser firmado entre o INEA e a  
82 AGEVAP, com a interveniência dos Comitês do Médio Paraíba do Sul, do Rio Dois Rios, do Rio Piabanha e  
83 do Baixo Paraíba do Sul, para o exercício de funções de competência da Agência de Água nestas Bacias.  
84 O Sr. Friedrich Herms (UERJ) disse que não caberia à CT-IL, e nem ao Conselho opinar sobre Contrato de  
85 Gestão. Porém, dentro das funções do Conselho, inclui opinar sobre a questão de Recursos Hídricos, e  
86 esse é um documento muito importante para a gestão de Recursos Hídricos dentro do Estado. Ele disse  
87 que a câmara técnica recomendaria e encaminharia ao INEA, a deliberação sobre a quantidade de  
88 recursos solicitada por cada Comitê a ser aplicado no contrato de gestão. Conforme previsto na lei nº  
89 3239/99 e na lei nº 4247/03, e também no próprio decreto do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, que  
90 para qualquer utilização de recursos depositado no Fundo Estadual de Recursos Hídricos tem que vir a  
91 plenária do Conselho, e tem que sair uma resolução do Conselho sim. A Sra. Rosa Maria Formiga  
92 Johnsson, que preparou todo o estudo, demonstrou a viabilidade e disponibilidade de recursos de cada  
93 um dos Comitês, e encaminhou à câmara técnica, que analisou, e passou para a pauta da próxima  
94 Reunião Extraordinária, as resoluções específicas e deliberação de recursos em cada um dos Comitês  
95 que vão fazer parte desse contrato de gestão com o INEA e a AGEVAP. Cada Comitê fez resolução  
96 específica com a indicação da AGEVAP como agência de bacia. O termo do Contrato será uma minuta  
97 padrão, onde será adotado para todos os Comitês do Estado do Rio de Janeiro. A Sra. Rosa Maria  
98 Formiga Johnsson disse que pode haver alguma outra questão que pode ser “arredondada” porque a  
99 Procuradoria do INEA informou que teria que passar pela PGE, para análise final. Com a aprovação das  
100 questões relacionadas às delegatárias do Lago São João e dos 4 (quatro) Comitês Fluminenses do  
101 Paraíba do Sul, terão condições de avançar rapidamente a regulamentação das delegatárias. A Sra. Rosa  
102 Maria Formiga Johnsson falou que acha melhor deixar a explicação da aprovação da deliberação  
103 referente ao Paraíba do Sul, pois terão que falar um pouco das estruturas que estão sendo propostas,  
104 até mesmo para justificar o valor do custeio. Foi falado, ainda, da prorrogação do mandato do Comitê  
105 Baía de Guanabara, que foi solicitado pela carta CBGb nº 1 de 14 de maio de 2010, que teria que ser

---

106 aprovado por este plenário. Cláudia Barros comentou que foi solicitado ao Conselho Estadual  
107 prorrogação do mandato provisório do Comitê Baía de Guanabara, e que o próprio regimento do  
108 mandato permite isso. Então irão cumprir os 3 (três) meses, podendo prorrogar mais 3 (três) meses,  
109 mas fez questão de explicar que o grupo não pretende chegar aos 6 (seis) meses, pois o objetivo é  
110 concluir os trabalhos rapidamente e que esta prorrogação seria só uma precaução, caso necessitem de  
111 mais tempo para finalizar os trabalhos. O Sr. Friedrich Herms (UERJ) disse que, apenas para  
112 esclarecimento, a posse do Comitê da Baía de Guanabara e sua diretoria foi no dia 16.01.2010, então  
113 mais 03 (meses) daria dia 16 de julho, e como não deve haver outra Reunião Ordinária do Conselho  
114 Estadual de Recursos Hídricos até esta data, somente dia 28.07.2010. A Sra. Rosa Maria Formiga  
115 Johnsson disse que poderá haver Reunião Extraordinária, e a Ordinária seria na última quarta-feira de  
116 junho, mas, segundo, Sr. Friedrich Herms (UERJ) estaria descoberto, e para evitar esse problema o  
117 Comitê Baía de Guanabara solicitou uma prorrogação. Pediu então autorização do Conselho, previsto na  
118 Resolução CERHI-RJ. O Sr. Friedrich Herms informou quais são os conselheiros representantes da  
119 Diretoria Colegiada do Comitê Baía de Guanabara, conforme a seguir: Diretor Presidente, Sr. Carlos  
120 Alberto Muniz (Vice-Prefeito do Rio de Janeiro); Vice-Diretor, Sr. Friedrich Herms (UERJ); Secretária  
121 Executiva, Sra. Cláudia Barros (Águas de Niterói); e como Diretores Administrativos os Srs. Roberto  
122 Terranova Barbério, Secretário de Meio Ambiente de Cachoeira de Macacu, José Carlos dos Santos  
123 Perrout (RJ Refresco), e Guilherme Frederico Flach (CCRON). A prorrogação do prazo foi aprovada por  
124 unanimidade. Assuntos gerais: A Sra. Luiza Cristina Krau de Oliveira convidou o Sr. Luiz Firmino Martins  
125 Pereira (Presidente do INEA) que chegou a esta reunião, para se pronunciar. O Sr. Firmino disse que está  
126 muito satisfeito por juntos conseguirem dar esse grande passo na construção das agências de águas das  
127 delegatárias. Isso será uma grande transformação. Comentou com a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson  
128 que a perfeição, nesse momento, pode ser inimiga de conseguirem realizar esse passo. Não há  
129 paradigma para o que está sendo feito. Não tem a quem copiar. Então, tem-se que “pagar o preço do  
130 pioneirismo”. Ele tem certeza que tudo está sendo feito com o maior zelo possível, e, se, caso necessite,  
131 futuramente, corrigir algum detalhe, então será realizado imediatamente através de um aditivo, pois há  
132 total transparência e não há burocracia. Disse que se tiver que levar para a PGE, como a Sra. Rosa Maria  
133 Formiga Johnsson comentou, ele leva pessoalmente para garantir que entre e saia no mesmo dia, pois  
134 não pode haver mais nenhum atraso deste processo aqui no Estado. Outro ponto importante que o  
135 preocupou foi a questão dos Planos Diretores de Saneamento, que vai dar um passo grande no CEIVAP  
136 com a assinatura, via AGEVAP, que, segundo a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson, na parte Fluminense  
137 da Bacia, do CEIVAP, será realizada licitação por Região Hidrográfica até o limite de R\$ 1.500.000,00  
138 (hum milhão e quinhentos mil reais). O Sr. Luiz Firmino continuou ressaltando a presença do Prefeito  
139 Arthur Messias, representante da AEMERJ, que foi quem conduziu esse processo, na parceria da  
140 AEMERJ, e a Eloísa E. Torres (SEA), que coordenou juntamente com a Sra. Rosa Maria Formiga que  
141 também está trabalhando em parceria na parte dos orçamentos. Comentou que é mais um passo  
142 fundamental para conseguir, quem sabe, chegar ao final do ano, ou início do ano de 2011, que é o ano  
143 em que a Lei Federal nº 2.445 determina como prazo limite para bater os Planos Diretores Municipais.  
144 Espera que consigam chegar a todas as cidades fluminenses com o seu Plano Diretor de Saneamento,  
145 sendo assim o INEA dará exemplo ao país inteiro que tem como executar isso, e utilizando muito bem os  
146 recursos oriundos da cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos, sendo gastos num ponto fundamental.  
147 Sr. Firmino informou, ainda, que na semana anterior houve um evento, promovido pela Caixa  
148 Econômica Federal, cujo título era “Os Cinco Bilhões de Reais que deixaram de ser usados”, que estão  
149 parados, e não estão sendo usados em saneamento, portanto estão disponíveis. Isso é o primeiro  
150 desafio, e pediu para que todos aproveitassem esse momento e, com o Contrato de Gestão, ou com  
151 todas as possibilidades que estão se abrindo para a aplicação dos recursos, e transformando esses  
152 planos em projetos básicos, pois só poderá acessar os recursos em Brasília quem tiver plano de  
153 saneamento. Então, é preciso que cada Comitê, rapidamente, já discuta quais são as áreas prioritárias  
154 para a aplicação dos recursos para que possamos executar esses projetos. Temos o privilégio do Sr.  
155 Artur Messias da Silveira (PREFEITURA DE MESQUITA) ser um prefeito que frequenta o Conselho, que  
156 está sempre participando da Política de Recursos Hídricos, mas o plano diretor é do município. Nos  
157 Comitês, os Secretários de Meio Ambiente participam ativamente, e é preciso, junto com eles,  
158 estabelecer uma parceria, até porque, em alguns casos as prefeituras são mais atuantes, e em outros  
159 casos, menos, mas a prefeitura tem que se sentir responsável pelo plano. Falou que poderiam correr o

---

160 risco do Prefeito não aprovar, e por isso é necessário que fiquem atentos a esse detalhe importante  
161 para terem êxito nesse processo. O Sr. Luiz Firmino precisou se ausentar, pois teve que participar de um  
162 evento importante para as prefeituras no Palácio Guanabara, onde foi assinada com o BNDES uma linha  
163 de crédito de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), onde uma parte deste recurso será destinada a  
164 estruturação dos municípios e Secretarias de Meio Ambiente, com participação da SEPLAG. Porém ainda  
165 permaneceu na reunião um pouco mais para tomar conhecimento do que foi proposto para o Comitê  
166 Lago São João, e finalizou agradecendo a atenção de todos. Em seguida, a Sra. Luiza Cristina Krau de  
167 Oliveira, Presidente do CERHI-RJ, deu por encerrada a primeira parte da reunião, que foi a 32ª Reunião  
168 Ordinária, e iniciou, então, a 1ª Reunião Extraordinária de 2010. O primeiro assunto de pauta foi à  
169 aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ nº 45/2010, que dispõe sobre questões relacionadas ao  
170 contrato de gestão INEA-AGEVAP, com interveniência dos Comitês de Bacia do Médio Paraíba, Rio Dois  
171 Rios, Piabanha, e Baixo Paraíba do Sul. A Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson, Secretária-Executiva do  
172 CERHI-RJ, foi relatora deste assunto. Devido a urgência da saída do Presidente do INEA, Sr. Luiz Firmino  
173 Pereira, o Sr. José Alfredo Sertã (ABES-RJ) sugeriu a inversão dos itens da pauta, e todos aprovaram.  
174 Então, iniciou com a minuta de Resolução CERHI-RJ nº 46/2010, que dispõe sobre os limites de custeio  
175 administrativo da entidade delegatária de agência de água do Comitê Lago São João. A Sra. Rosa Maria  
176 Formiga Johnsson apresentou a proposta desta Resolução e disse que é uma Resolução padrão que foi  
177 criada em relação às entidades delegatárias, sobre aprovação da indicação de uma entidade delegatária,  
178 e em seguida, sobre os recursos que o Comitê está destinando para o custeio da delegatária e para  
179 investimentos, ainda com um adicional que são os recursos oriundos da movimentação financeira, 50%  
180 que o INEA deve aplicar nos contratos de gestão. Explicou, também, a minuta de Resolução CERHI-RJ nº  
181 46/2010, onde foi lido que “Recursos oriundos da cobrança pelo uso da água destinada ao custeio de  
182 entidades delegatárias, têm que ter uma resolução específica do Conselho”, e é essa a proposta da  
183 resolução, faz referência à Resolução que aprovaram na Reunião Ordinária, e resolve que o custeio das  
184 despesas de apoio técnico e administrativo da entidade delegatária da região Lago São João está  
185 limitado ao valor de 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais) por ano, de 2010 a 2015. Essa é a  
186 proposta que o Comitê Lago São João aprovou em sua reunião. Então, atualmente, o Comitê tem uma  
187 arrecadação em torno de R\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais) até 2014, então, a  
188 proposta é de destinar R\$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais. Ao final da explanação da  
189 Secretária Executiva a Resolução 46 foi aprovada por unanimidade. Seguindo a pauta, a Sra. Rosa Maria  
190 Formiga Johnsson iniciou a apresentação da minuta da Resolução CERHI-RJ nº 47/2010 relacionada ao  
191 Contrato de Gestão, como ela mencionou anteriormente. A Sra. Luiza Cristina Krau de Oliveira fez uma  
192 ressalva, comentando que os considerando são assuntos que o Comitê já aprovou. A Sra. Rosa Maria  
193 Formiga Johnsson complementou dizendo que os considerando têm as bases legais e as Resoluções  
194 específicas dos Comitês que se baseiam nesta proposta, e que já foram analisadas e aprovadas pelas  
195 Câmaras Técnicas. Continuou dizendo que esta minuta de Resolução CERHI-RJ nº 47, resolve, em  
196 primeiro lugar, aprovar a indicação do Consórcio Intermunicipal com entidades delegatárias nas funções  
197 de Agência de Água, por um período de 5 (cinco) anos, a partir de 2010, conforme Resolução nº 33/2010  
198 do referido Comitê. O artigo 2º, aprova a destinação de recursos do próprio Comitê, ou seja, recursos  
199 oriundos da cobrança pelo uso da água para as seguintes atividades: Em primeiro lugar, ao custeio, a  
200 operacionalização das entidades delegatárias, o valor total de R\$ 172.036,58 (cento e setenta e dois mil  
201 e trinta e seis reais e cinqüenta e oito centavos). A Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson disse que é um  
202 valor menor do que o limite aprovado anteriormente. É uma decisão que será tomada anualmente. Em  
203 2011, depois 1 (um) ano, pode ser que o Comitê decida diminuir ou aumentar esse valor. Então, o  
204 período de aprovação é de 12 (doze) meses. O 2º inciso trata, então, da execução do plano de  
205 investimento que o Comitê Lago São João aprovou na mesma reunião que ele rratificou o consórcio  
206 com entidade delegatária. Existe no anexo desta Resolução, o detalhamento do valor para cada item  
207 proposto. O Comitê Lago São João propôs utilizar cerca de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos  
208 mil reais) para elaboração de planos municipais de saneamento e obras de saneamento regionais;  
209 programa de monitoramento dos corpos hídricos; ações do programa de educação e mobilização social;  
210 o programa de gestão ambiental em micro-bacias com bolsas, que é o Produtor de Água do Rio São  
211 João; programa de comparecimento da pesca artesanal; programa de zoneamento de usos múltiplos; e  
212 ordenamento e ampliação do concentrado, em termos de concentração geográfica. A Sra. Rosa Maria  
213 Formiga Johnsson alertou que consta na segunda parte do anexo desta Resolução o valor de cada uma

---

214 das ações, e que é importante mostrar que foi criado um padrão para o anexo, e que é necessário  
215 mostrar a receita, que existem recursos do Comitê disponíveis para serem utilizados. Então, o padrão é  
216 que na primeira parte do anexo haja demonstrativo de receita, e no detalhamento da receita do  
217 consórcio do Comitê em 2009, arrecadação da cobrança, onde é o valor líquido, e já está descontado os  
218 10% do INEA, é o valor que está na subconta do Comitê. A arrecadação total, o quanto equivale os 70%  
219 tarimbado do setor de saneamento e os recursos para as outras ações. Existem recursos da cobrança  
220 que são constantes que tendem a aumentar, nem que seja de forma progressiva, ao longo do tempo;  
221 existem recursos do parcelamento da dívida do setor do saneamento básico, que no caso do Lago São  
222 João, ele é mais importante do que a própria arrecadação, na verdade é inversamente proporcional.  
223 Quando o recurso do parcelamento estiver na região Lago São João, a cobrança alcançará um patamar  
224 normal, vai aumentar para um mesmo valor. De qualquer maneira, o Comitê dispõe de um valor total,  
225 que é a cobrança propriamente dita anual, mais o parcelamento da dívida. E o saldo acumulado faz  
226 parte porque ele conta com mandato de gestão. Este saldo é até dezembro de 2009, e a previsão do  
227 saldo acumulado é até fevereiro de 2010. O plano de aplicação é o detalhamento mencionado,  
228 anteriormente, de R\$ 172.000,00 (cento e setenta e dois mil reais) para custeio, e cerca de R\$  
229 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais) para investimento. Seguindo a minuta, o artigo 3º  
230 trata, justamente, do montante oriundo dos 50% da compensação financeira que deve ser utilizado nos  
231 Contratos de Gestão pelo INEA, que este ano deverá somar cerca de R\$ 3.000.000,00 (três milhões), ou  
232 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), então, será  
233 destinado à região hidrográfica Lago São João, para este Contrato de Gestão. Totalizando, então, R\$  
234 372.000,00 (trezentos e setenta e dois mil reais) de recursos destinados para o custeio, e para  
235 operacionalização das entidades delegatárias. Foi essa a proposta, então, do Comitê Lago São João que  
236 foi discutida e aprovada no âmbito das Câmaras Técnicas. A Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson  
237 perguntou se havia alguma dúvida, mas não houve manifestação alguma, e a Sra. Luiza Cristina Krau de  
238 Oliveira, Presidente do CERHI-RJ, finalizou este item, que foi aprovado por unanimidade. Passou, então,  
239 para a minuta da Resolução CERHI-RJ nº 45/2010, que dispõe sobre as questões relacionadas ao  
240 Contrato de Gestão a ser celebrado entre o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a Associação Pró-  
241 Gestão de Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, com interveniência dos Comitês  
242 de Bacia das Regiões Hidrográficas do Médio Paraíba do Sul, do Rio Dois Rios, do Rio Piabanha e do  
243 Baixo Paraíba do Sul. A Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson também foi a relatora deste item de pauta, e  
244 iniciou falando que é importante contextualizar esse processo. Os Comitês Fluminenses da Bacia do Rio  
245 Paraíba do Sul aprovaram a indicação da AGEVAP como entidade delegatária, em uma minuta no  
246 Contrato de Gestão em 16 de março. Depois disso, foi iniciada uma discussão das Câmaras Técnicas,  
247 como relatadas pelo Coordenador, o Sr. Friedrich Herms (UERJ), e pela Presidente, uma discussão que  
248 iniciou focada no conteúdo do Contrato de Gestão, quando, então, houve uma reflexão a respeito do  
249 papel exato do Comitê nessa questão e, o que ficou definido é que de agora em diante, então, estarão  
250 atentos às funções de Conselho de aprovar a indicação de entidades delegatárias, e da utilização de  
251 recursos. Seja de recursos próprios do Comitê, ou recursos que o INEA, o gestor, como no caso dos 50%  
252 dos recursos da movimentação financeira, então, essa discussão que hoje é no âmbito das Câmaras  
253 Técnicas aperfeiçoou o Contrato de Gestão, que foi encaminhado a todos os Conselheiros, para ciência,  
254 e esse Contrato de Gestão é importante dizer que é um instrumento que dará mais agilidade,  
255 flexibilidade e, principalmente, mais segurança no processo de gestão. Como eles são instrumentos  
256 frágeis que deixam descobertos tanto o INEA (Instituto Estadual do Ambiente), quanto o outro lado.  
257 Então, o Contrato de Gestão é interessante porque é mais robusto, mas também porque ele tem uma  
258 lógica interessante, que não é a do lucro. O importante é que todo o recurso que vier a ser economizado  
259 continue como um recurso disponível do Comitê, e isso, segundo a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson, é  
260 uma segurança. Então, a delegatária, nesse Contrato de Gestão, foi inspirada na experiência pioneira da  
261 Agência Nacional de Águas com a AGEVAP, e a indicação da AGEVAP tem um sentido, além de procurar  
262 uma economia de escala para a bacia do Paraíba do Sul, tem a questão da integração da bacia, que  
263 sempre foi discutida e buscada no âmbito da gestão do Paraíba do Sul, sendo que a bacia do Paraíba do  
264 Sul é absolutamente vital para o Estado do Rio de Janeiro. É muito mais importante para o Rio de  
265 Janeiro do que para os Estados de São Paulo e Minas Gerais. Mesmo agora, para São Paulo com  
266 problemas nas águas da cabeceira da bacia, mas de qualquer maneira, o Rio de Janeiro é o principal  
267 interessado em ter uma gestão mais sistêmica e integrada na bacia do Paraíba do Sul. Daí, a indicação

---

268 do INEA para os Comitês e para o Conselho, que a AGEVAP seja experimentada como delegatária desses  
269 4 (quatro) Comitês Estaduais. Nesse caso, é opção por um contrato único para os 4 (quatro) Comitês.  
270 Cada Comitê terá uma estrutura executiva local, composta por 1 (um) técnico e 1 (um) administrativo, e  
271 haverá um apoio centralizado na sede da AGEVAP em Resende, que é um apoio técnico e mais robusto,  
272 contábil, de comunicação, e jurídico, que é extremamente importante. Além disso, ao longo da  
273 negociação, foi percebido que a bacia do Baixo Paraíba do Sul é uma bacia muito grande, é a maior  
274 Região Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro, e é uma bacia que tem um “centro de gravidade”  
275 muito forte em torno de Campos dos Goytacazes. É importante colocar uma força mais presente no  
276 noroeste da bacia, daí a idéia de fazer um escritório regional no município de Italva ou Itaperuna, e  
277 existe uma negociação sobre isso, mas a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson acha que essa é uma decisão  
278 que cabe ao Comitê, e não o Conselho. E a idéia é que essa estrutura seja, obviamente, uma extensão  
279 do escritório técnico de Campos, que teria um técnico de nível superior no administrativo, e em Italva,  
280 ou Itaperuna, 2 (dois) técnicos no administrativo. Comentou, ainda, que a idéia construída é que esse  
281 escritório dê apoio, por enquanto, também, à bacia de Itabapoana, pois não podem esquecer-la, na parte  
282 Fluminense, até que se resolva. Então, teremos que discutir como isso terá que ser feito. Talvez um  
283 apoio oficioso, que não seja um escritório técnico, mas que quando houver necessidade poder buscar  
284 apoio nesse escritório técnico em Italva ou Itaperuna. Então, finalizando esta apresentação, ela falou  
285 que essa é uma proposta enxuta em termos de pessoal, mas que é um montante razoável, já que esta  
286 estrutura precisa se comunicar, além de haver gastos razoáveis no transporte, pois tem que ter 1 (um)  
287 carro em cada escritório local, e 1 (um) carro também na sede da AGEVAP. A idéia seria que quando os  
288 escritórios regionais tiverem necessidade de algum apoio mais importante, que a sede vá até a região,  
289 mas existe uma mobilidade já compreendida nesse valor proposto. Então, é importante que quem  
290 quiser ver os detalhes basta consultar o processo que está todo documentado, em relação a todo o  
291 processo de Contrato de Gestão no Paraíba do Sul, e o que foi proposto é muito parecido com o que foi  
292 aprovado no Lago São João, na mesma reunião. A decisão é de fazer um Contrato de Gestão longo, de 5  
293 (cinco) anos, porque ele pode ser interrompido a qualquer momento por ambas as partes, então faz  
294 questão de realizar a revisão, e de dar flexibilidade tanto para a AGEVAP, quanto para o INEA, ou até  
295 mesmo ao Comitê. Um aperfeiçoamento importante que aconteceu na Câmara Técnica foi de que se um  
296 dos Comitês não quiser mais a AGEVAP como delegatária, e se isso não causar prejuízo aos demais, ele  
297 terá que se adequar ao Contrato de Gestão, e para os demais continua igual. Continuou dizendo que no  
298 artigo 2º, consta que é um recurso considerável que foi colocado 4 (quatro) partes: R\$ 2.045.000 (dois  
299 milhões e quarenta e cinco mil reais) para o primeiro ano, no segundo ano esse valor cairá, pois no  
300 primeiro ano tem imobiliário, equipamentos, e seleção de pessoal, significando, então, um custo mais  
301 importante. Esse valor representa mais da metade dos 50% da compensação financeira, tendo uma  
302 justificativa. As regiões hidrográficas da bacia do Paraíba do Sul têm uma arrecadação baixa, e a bacia do  
303 Baixo Paraíba do Sul só arrecada mais do que Itabapoana, a arrecadação subiu de R\$ 53.000,00  
304 (cinquenta e três mil reais) para R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais). Então, é justificável aportar  
305 uma parte substancial desses recursos para o conjunto dessas regiões hidrográficas. No artigo 3º rege  
306 sobre as decisões de cada Comitê, o que irão aportar para este Contrato de Gestão no primeiro ano.  
307 Então, cada Comitê irá aportar R\$ 36.140,00 (trinta e seis mil cento e quarenta reais) para mobiliar  
308 equipamento, e um apoio de diária de transporte decisório regional, totalizando R\$ 144.000,00 (cento e  
309 quarenta e quatro mil reais), e também, foi colocada uma meta, como indicador importante do Contrato  
310 de Gestão, a divulgação das ações no Comitê, e divulgação da ativação da bacia. E comunicação foi um  
311 item que a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson insistiu que estivesse presente no primeiro Contrato de  
312 Gestão, porque é preciso construir um *site* amigável, atualizado e, no mínimo um boletim e mais alguma  
313 outra ação do Comitê. Com isso, cada Comitê destinou R\$ 73.650,00 (setenta e três mil seiscentos e  
314 cinquenta reais) para estas atividades de comunicação, que constitui investimento, mas é um indicador  
315 do Contrato de Gestão. E, obviamente, outros Comitês, a qualquer momento, poderão alocar os seus  
316 recursos, e, então, aditivos serão feitos para poder repassar os recursos para a delegatária, e executar as  
317 ações definidas pelo Comitê. Em seguida, perguntou se alguém gostaria de tirar alguma dúvida ou  
318 sugestão, mas não houve manifestação. Comentou, também, que é um modelo enxuto, dessa forma,  
319 envia à delegatária outros recursos do INEA que serão destinados ao Contrato de Gestão, outros  
320 recursos do Comitê, separando custeio e investimento, e no outro anexo, demonstrativo das receitas do  
321 Comitê e da aplicação dos recursos em relação ao Contrato de Gestão específico. A presidente do

---

322 CERHI-RJ pediu que a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson repetisse quais são os indicadores desses  
323 Contratos de Gestão, que serão avaliados de duas formas: a financeira, que tem que ser muito bem  
324 analisada, e parte a técnica, que em relação ao Contrato de Gestão, é a que se alinha aos indicadores de  
325 metas. E há indicadores claramente definidos, e são eles que irão ser avaliados no final de um ano de  
326 funcionamento. Após as explicações detalhadas do Contrato de Gestão e suas planilhas apresentadas  
327 pela Secretária Executiva do CERHI-RJ, e diante de algumas ressalvas de posterior correção dos valores  
328 nas planilhas dos quatros Comitês, esta minuta de Resolução CERHI-RJ foi aprovada por unanimidade. O  
329 próximo item da pauta foi a Resolução CERHI-RJ nº 48/2010. A Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson  
330 explanou sobre a minuta de Resolução CERHI-RJ nº 48/2010, que dispõe sobre a aplicação de Recursos  
331 das Subcontas das Regiões Hidrográficas I (Baía de Ilha Grande) e X (Itabapoana) do Fundo Estadual de  
332 Recursos Hídricos – FUNDRHI. Explicou, ainda, que estes Comitês foram criados este ano, e que existe  
333 uma demanda importante por parte dos municípios para os seus planos municipais de saneamento  
334 básico. E mediante as demandas dos municípios de Paraty, Angra dos Reis e Bom Jesus do Itabapoana, e  
335 diante da disponibilidade desses recursos, o INEA entende que é perfeitamente possível que este  
336 Conselho delibere a aprovação destes recursos para financiar parte dos planos municipais de  
337 saneamento básico. Obviamente, os recursos disponíveis não são suficientes para elaborar este plano,  
338 mas poderão ajudar. Falou que é necessário iniciar a utilização desses recursos, porque é um dinheiro  
339 que está se avolumando na conta, e se não for usado, em algum momento alguém pode tomar a  
340 decisão de que esse dinheiro não é necessário e cortar. Em seguida, apresentou o anexo da minuta de  
341 Resolução nº 48/2010, informando que no item 1, Recursos Financeiros da Subconta da RH 1 – Baía da  
342 Ilha Grande, apresenta um recurso acumulado de R\$ 771.304,05 (setecentos e setenta e um mil  
343 trezentos e quatro reais e cinco centavos) em 2009, mas em fevereiro de 2010 R\$ 824.494,64  
344 (oitocentos e vinte e quatro mil quatrocentos e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos),  
345 com uma arrecadação prevista de R\$ 159.661,50 (cento e cinqüenta e nove mil seiscentos e sessenta e  
346 um reais e cinqüenta centavos) para 2010. E em Itabapoana, item 2 – Recursos Financeiros da Subconta  
347 da RH X, tem um saldo acumulado de R\$ 183.580,85 (cento e oitenta e três mil quinhentos e oitenta  
348 reais e oitenta e cinco centavos) em dezembro de 2009, e R\$ 194.229,14 (cento e noventa e quatro mil  
349 duzentos e vinte e nove reais e quatorze centavos) em fevereiro de 2010. Então, a proposta foi que  
350 fosse destinado cerca de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) para Bom Jesus de Itabapoana, que  
351 único município totalmente inserido em Itabapoana, e como os demais municípios da bacia de  
352 Itabapoana já foram contemplados no âmbito da proposta AEMERJ, Secretaria do Estado do Ambiente e  
353 INEA para a CEIVAP, e 53 (cinqüenta e três) municípios da bacia que terão um financiamento parcial do  
354 CEIVAP complementado pelo FECAM (Fundo de Conservação Ambiental). Então, falta apenas Bom Jesus  
355 de Itabapoana nesta região, e a proposta é que já foram destinados R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil  
356 reais) para Bom Jesus de Itabapoana, e aproximadamente R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para  
357 Angra dos Reis, e R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para Paraty, mesmo tendo uma população  
358 menor do que a de Angra dos Reis, todos chegaram à conclusão que o ideal seria destinar o mesmo  
359 montante para cada município para não haver conflitos. Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson finalizou esta  
360 apresentação comunicando que antes desta proposta de Resolução CERHI-RJ nº 48 entrar na pauta  
361 desta reunião, o INEA encaminhou para as Câmaras Técnicas do CERHI-RJ, onde foi analisada e aprovada  
362 para, posteriormente, ser submetida à aprovação dos membros do Conselho Estadual de Recursos  
363 Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, em reunião Plenária. A Sra. Luiza Cristina Krau de Oliveira,  
364 Presidente do CERHI-RJ, perguntou se todos estavam de acordo, e como não houve nenhuma  
365 manifestação, a Resolução foi aprovada por unanimidade. E com isso toda a pauta foi finalizada às  
366 15:30h, e passou para assuntos gerais. Então, a Presidente do CERHI-RJ sugeriu que desse continuidade  
367 a criação de um grupo de trabalho, que foi sugerido em reunião da gestão passada do CERHI-RJ, e ela  
368 era a Coordenadora, onde iria tratar da definição do que é sociedade civil e usuário no âmbito do  
369 Sistema de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro, pois algumas entidades são consideradas sociedade  
370 civil, e em outros momentos são consideradas usuários. Precisa ser definido antes mesmo da revisão do  
371 Regimento Interno do CERHI-RJ, pois dependendo da definição irá alterar a composição. Quem é  
372 usuário? É só quem paga outorga? E os usuários que não pagam outorga, como ficam? Então, definiu  
373 junto aos membros presentes quem iria participar deste grupo, conforme a seguir: Sr. João Vieira (Light  
374 Energia S/A), como Coordenador, e Sr. José Alfredo Sertã (ABES-RJ), Sra. Maria Aparecida (ENERGISA),  
375 Dora Negreiros (IBG), Sr. Friedrich Herms (UERJ), Ninon Machado (Instituto Ipanema), Donato José

---

376 Velloso (Lagoa Viva), Sra. Ana Maria Pacheco (SUPBG-INEA), Sra. Gláucia Freitas Sampaio  
377 (GEAGUA/DIGAT/INEA), como componentes do grupo, e a Sra. Rosana Garjulli, como convidada, pois  
378 será contratada pelo INEA para atuar no apoio no manual de procedimentos de gestão do Conselho e  
379 nos Comitês de bacia, e tendo em vista sua grande experiência em gestão participativa do Brasil, e  
380 poderá contribuir bastante com uma visão mais abrangente de como se entende “Sociedade Civil” e  
381 “Usuário” Brasil afora. Segundo Rosa Maria Formiga Johnsson, “Usuário” teria que ser entendido numa  
382 concepção ampla, e não se pode restringir somente à outorga. Após estas definições o Regimento  
383 Interno do CERHI-RJ precisará ser discutido e analisado para que, posteriormente, sofra alterações. Em  
384 seguida, ficou combinado que na próxima reunião do CERHI-RJ a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson irá  
385 fazer uma apresentação do Plano Estadual de Recursos Hídricos, tendo em vista a necessidade de  
386 acompanhar o desenvolvimento deste assunto. Além disso, gostaria de explanar também sobre o  
387 processo de revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que já foi iniciado com a participação  
388 intensa do Fórum Nacional de Órgãos Gestores, do qual ela faz parte, houve uma mobilização e  
389 posicionamento dos Estados em relação a isto. Influenciando na metodologia, modificando neste  
390 processo de revisão, e haverá uma série de audiências públicas, inclusive uma no Rio de Janeiro no final  
391 do mês de agosto, e até lá é necessário que este assunto seja discutido no âmbito do Conselho. Então,  
392 será colocado na pauta da próxima Reunião Ordinária do CERHI-RJ, 33ª, que será realizada dia  
393 28.07.2010, para definir o posicionamento do Estado do Rio de Janeiro. Seguindo em assuntos gerais, a  
394 Sra. Luiza Cristina Krau de Oliveira falou que foi convidada pela Associação Comercial do Rio de Janeiro  
395 para fazer uma apresentação, no dia 11.06.2010, sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do  
396 Estado do Rio de Janeiro – CERHI-RJ, explanando sobre suas atividades e deliberações. Um dos temas da  
397 reunião seria o risco de desabastecimento na cidade do Rio de Janeiro, porém isso nunca foi discutido  
398 em nenhuma reunião do CERHI-RJ, então sugere que seja discutido em algum momento. E fechando  
399 esta questão, a Sra. Luiza Cristina Krau de Oliveira definiu que irá fazer uma apresentação baseada no  
400 Sistema Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro, informando a posição das leis, resoluções  
401 CERHI-RJ, incluindo as leis das delegatárias, as de cobrança pelo uso da água, e, também, falar sobre a  
402 instituição dos Comitês. E sugeri que, posteriormente, o Comitê Guandu e o Comitê Baía de Guanabara  
403 se reúnam para discutir o abastecimento de água do Rio de Janeiro. Outro assunto, que ela propôs, após  
404 conversar com o Sr. José Sertã (ABES RIO) e com o Sr. Friedrich Herms (UERJ), foi a respeito da  
405 transposição do Paraíba do Sul para São Paulo, que afetaria a transposição do rio Paraíba do Sul para o  
406 Guandu. Sugeri discutir sobre as ações do INEA, no âmbito do CERHI-RJ, junto ao governo de São Paulo,  
407 e analisar os riscos, verificando a importância de fazer uma moção a quem estiver desenvolvendo esse  
408 projeto, incluindo problemas que poderia acarretar ao Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, mais  
409 algumas questões foram levantadas para futuras discussões, como: cobrança de PCH (Pequenas Centrais  
410 Hidrelétricas); alteração de Decreto que modifica os nomes dos Comitês; modificação de percentuais de  
411 compensação de hidrelétrica através de uma moção; águas subterrâneas para passar do nível Estadual  
412 para o nível Federal; recomposição de valores que foi retirado dos Comitês sem autorização. Em  
413 seguida, foi criado um grupo formado pelos Srs. Friedrich Herms (UERJ), João Vieira (LIGHT ENERGIA  
414 S/A), Maria Aparecida que redigirá uma proposta de redação de moção referente à compensação de  
415 hidrelétrica, que enviarão por e-mail para a secretaria executiva do CERHI para que seja colocada na  
416 formatação correta, e também assinado pela Sra. Luiza Cristina Krau de Oliveira, e, então, possa ser  
417 enviada para ao Congresso, com cópia para todas as instâncias, ao Conselho Nacional de Recursos  
418 Hídricos. A Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson já tem até um estudo sobre este assunto, e pode  
419 disponibilizar para todos os membros, mas acha prudente conhecer o estudo e se posicionar de uma  
420 forma que não pode ser contra o Estado. Sugeri que seja feita uma proposta e que o Conselho peça um  
421 assento, ou uma participação, nas reuniões do grupo referentes à metrópole paulista, e, ainda, solicitar  
422 o jogo dos estudos disponíveis para o Conselho. Informou, também, que houve uma reunião com o  
423 primeiro relatório, e que não foi conclusivo, aliás, segundo a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson, foi  
424 muito superficial. E o segundo relatório que se aprofundaria nas diferentes opções, e já com uma análise  
425 mais aprofundada de cada opção, deveria ter sido liberado desde fevereiro de 2009, mas até a presente  
426 data não foi disponibilizado. Após estas questões a Sra. Luiza Cristina Krau de Oliveira (Presidente do  
427 CERHI-RJ) passou a palavra para a Sra. Fátima Casarin (Assessora da SEA) que comunicou que acontecerá  
428 no dia 27.05.2010 a primeira reunião do Fórum Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, na  
429 Avenida Venezuela nº 82, auditório do 4º andar, onde irá trabalhar duas propostas no Projeto de Lei,

---

430 que é um assunto que já teve discussão em seminário organizado pela EMBRAPA com participação do  
431 INEA e da Secretaria da Agricultura, e que criou dois grupos de trabalho, sendo um Institucional Legal e  
432 outro de Critério e Metodologias. A primeira proposta foi da Sra. Marilene Ramos (Secretária do  
433 Ambiente) onde seria inserido todo o contexto dentro da Lei nº 3.239, especificamente no âmbito do  
434 PROHIDRO, artigo 11, aproveitaria toda a estrutura e inserindo a proposta, e sem criar outra instancia  
435 paralela. Seria uma alteração através de um Decreto. Porém, como nesta reunião a Secretaria de Estado  
436 estará apresentando pela primeira vez a proposta para o Fórum, não se sabe o resultado disso, se vai ser  
437 aceita ou não. Mas se essa inserção for aprovada, será necessário colocar na pauta da próxima reunião  
438 da Câmara Técnica do CERHI-RJ, para que possam avaliar no âmbito do Conselho, e dar andamento na  
439 proposta. Finalizou comunicando que o Fórum será aberto, e que todos estão convidados a participar.  
440 Em seguida, foi apresentado pela Presidente do CERHI-RJ o calendário anual de reuniões do CERHI-RJ e  
441 suas Câmaras Técnicas. O único assunto que ficou pendente nesta reunião, tendo em vista o avançado  
442 da hora, foi a questão dos indicadores dos Contratos de Gestão, que são cinco conjuntos, sendo dois  
443 deles dependentes de recursos adicionais do Comitê para delegatária, especificamente em relação à  
444 cobrança pelo uso da água ou outras demandas específicas, mas três conjuntos de indicadores  
445 permanecem independentes dos recursos adicionais a serem repassados para o Comitê, porém ficou  
446 previsto para ser apresentado, pela Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson (Secretária Executiva do CERHI-  
447 RJ), em Reunião Extraordinária sugerida para o dia 30.06.2010, ou, então, na próxima Reunião Ordinária  
448 agendada para o dia 28.07.2010. E acredita que até a próxima reunião a questão das delegatárias do  
449 Guandu já tenha sido acertada entre o Comitê, a GEIVAP e o INEA para ser encaminhada para a Câmara  
450 Técnica do CERHI-RJ, e, posteriormente, ao Plenário. Informou, também, que os Contratos de Gestão  
451 serão assinados no início de julho de 2010. Em seguida, a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson informou  
452 que há grande quantidade de e-mails retornando, e pediu, encarecidamente, enquanto Secretária  
453 Executiva do CERHI-RJ, que informassem quando da mudança de e-mail. E, por último, fez um  
454 agradecimento especial ao Instituto Nacional de Tecnologia - INT por, gentilmente, disponibilizar suas  
455 instalações. E, ainda, parabenizou o Conselho, pois esta reunião muito boa, senda dado um passo  
456 importante em relação às delegatárias. Sendo assim, a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson declarou  
457 encerrada a 32ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, bem como a 1ª Reunião  
458 Extraordinária de 2010, às 17h10min.

459

460

461



Luiza Cristina Krau de Oliveira  
Presidente CERHI-RJ



Rosa Maria Formiga Johnsson  
Secretária Executiva CERHI-RJ

462

---